



## Conselho de Saúde do Distrito Federal

### ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Fundação  
2 de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, realizou-se a Quingentésima Trigésima Oitava  
3 Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a  
4 participação do *Presidente do CSDF, Domingos de Brito Filho, da Secretária Executiva do CSDF,*  
5 **Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante**, dos conselheiros **segmento gestor:** *Maurício*  
6 *Gomes Fiorenza, AB-Diel Nunes de Andrade, Clóvis Veloso Queiroz Neto, Inocência Rocha da Cunha*  
7 *Fernandes, Mário Dutra Amaral, Bárbara de Albuquerque Berçot, Valdenize Tiziane, Vanessa Rocha*  
8 *da Silva;* dos conselheiros **segmento trabalhador:** *Karine Rodrigues Afonseca, Márcio da Mata*  
9 *Souza, Júlio César Florêncio Isidro, Humberto de Oliveira Lopes, Fátima Lúcia Rôla, Maria Cristina*  
10 *Correa Lopes Hoffmann, Meire Beatriz Ferreira dos Santos, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior,*  
11 *Marcos Moura Santos, Carlos Roberto de Souza Filho, Wendel Teixeira Santos, Marôa Santiago*  
12 *Gomes;* dos conselheiros **segmento usuário:** *Luís Carlos Macedo Fonseca, César Achkar Magalhães,*  
13 *Darly Dalva Silva Máximo, Raimundo Nonato Lima, Ana Patrícia de Souza Lobo Pereira da Silva,*  
14 *Larissa Bezerra da Cunha da Silva, Míriam Marques Nery, Teresinha de Jesus Pantoja Henrique.* O  
15 Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h18, com quórum  
16 regimental para deliberação. Convidou o Conselheiro Raimundo Nonato para compor a Mesa Diretora  
17 representando o segmento dos usuários. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas**  
18 **dos Conselheiros** – A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas  
19 de ausência à 538ª RE recebidas no CSDF: Conselheiros (as) Stella, Bianca, Paulo, Michel Platini,  
20 Rafael, Denise, Silvestre, João Elias, Raimundo Ferreira, Enóquio e Arilene. **Pedidos de inclusão de**  
21 **matéria na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CSDF** – A Conselheira **Maria Cristina**  
22 solicitou pauta referente à situação da Saúde Mental no DF, em especial a questão da morte de Raquel  
23 que aconteceu em dezembro de 2024, e também sobre o Plano de Saúde Mental do DF, que ficou de  
24 ser apresentado para a Comissão. A Conselheira **Fátima Rôla** solicitou pauta referente à regulação,  
25 que as entidades que são contratadas pela Secretaria de Saúde, como IGESDF, Hospital da Criança,  
26 HUB, informem o que tem disponibilizado de vagas para a regulação. O Conselheiro **Jefferson**  
27 **Bulhosa** solicitou pauta referente ao gasto que a SES tem com a complementariedade. A Conselheira  
28 **Bárbara Berçot** solicitou a retirada do item 6 e a sua inclusão na próxima RO, justificando que, em  
29 razão da mudança de data da última reunião, a Câmara Técnica de Sangue, que é Instância  
30 responsável pela elaboração desse Plano, não poderia estar presente hoje. **Pedidos de inclusão, na**  
31 **ordem do dia, de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria** – A  
32 Conselheira **Karine Afonseca** solicitou pauta para que ocorra o debate sobre fatos que aconteceram  
33 na última semana no DF, que foi a nomeação do antigo Presidente do IGESDF e a nomeação do  
34 Comitê de Planejamento. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, encaminhou que  
35 será tratada a proposta quando da aprovação da Pauta. **Apresentação de convidados (as), bem**  
36 **como de novos (as) conselheiros (as) ao Plenário.** Não houve. **Manifestação ou pronunciamento**  
37 **dos Conselheiros inscritos** – A Conselheira **Karine Afonseca** passou a palavra para o convidado  
38 Pedro, do movimento antimanicomial. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
39 colocou em votação a cessão do espaço da Conselheira Karine para o seu convidado. Foi aprovada a  
40 cessão com um voto contrário. O convidado **Pedro** citou a necessidade de o Conselho ter a  
41 sensibilidade pautar o plano de fechamento do Hospital São Vicente de Paula. Lembrou que no dia 25  
42 de dezembro de 2024 ocorreu a morte de Raquel França de Andrade, no São Vicente de Paula. Disse  
43 que na capital do DF tem um manicômio público e ilegal, há 25 anos, o São Vicente de Paula, e é um  
44 manicômio público e ilegal há 25 anos porque ele desrespeita a lei 975 de 1995, que tinha dado um  
45 prazo de 4 anos para o GDF extinguir todos os leitos psiquiátricos de hospitais psiquiátricos no DF.  
46 Disse que, além de tudo, ele desrespeita a própria Lei Orgânica do Distrito Federal, dentre outras  
47 inúmeras normativas não só distritais, mas federais. Agradeceu o espaço concedido pelo Conselho e  
48 pediu para que não somente seja colocado o tema na sua próxima reunião ordinária, em março, mas

49 que pautou o plano de fechamento do São Vicente de Paula, sobretudo a partir da gravidade que foi o  
50 caso da morte de Raquel França Andrade. Descreveu Raquel como uma mulher negra, de 24 anos,  
51 PCD, que estava há mais de 2 anos institucionalizada dentro desse manicômio público ilegal e, antes  
52 de morrer no dia 25 de dezembro, quando todos estavam confraternizando com suas famílias e entes  
53 queridos, ela passou 11 horas amarrada, do dia 24 para o dia 25. Disse que isso não é uma exceção  
54 nos manicômios desse País, os manicômios são instituições de mortificação física e simbólica,  
55 inclusive não só para quem está internado, mas também com os profissionais. Citou relatório feito pelo  
56 mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, de uma inspeção no ano passado no São  
57 Vicente, que apontou que nos últimos seis anos houve quatro casos de suicídio de profissionais que  
58 trabalham dentro do São Vicente de Paula. Considerou que isso é o principal obstáculo para que o DF  
59 tenha uma rede de atenção psicossocial, uma saúde mental mais forte. Disse que o DF hoje tem uma  
60 das piores RAPS de todo o Brasil, e um dos principais obstáculos para isso é justamente a manutenção  
61 de um manicômio público ilegal. Disse que na história do País os municípios que não fecharam os  
62 manicômios, além de não os fechar, obstaculizaram o próprio avanço e ampliação da RAPS. Disse  
63 que esse plano de fechamento do São Vicente de Paula, que implica a ampliação e fortalecimento da  
64 RAPS, está pronto, mas carece de uma reunião com o MP para sua publicização e divulgação. Disse  
65 que está faltando a Subsecretaria de Saúde Mental fazer esse passo final para que possa acabar com  
66 essa história de barbárie e de horror que é a lógica asilar manicomial a partir do São Vicente no Distrito  
67 Federal. Disse que entregou aos integrantes da Mesa nota de repúdio do fórum e uma carta na qual  
68 pede dois movimentos urgentes imediatos dentro desse processo, o fechamento do pronto socorro,  
69 que é a porta de entrada, para evitar que outras pessoas sejam colocadas nessa condição, até porque  
70 quem já está institucionalizado, com esse plano de fechamento, vai ser retirado e colocado em  
71 residências terapêuticas, CAPS e outra instituição, e o afastamento da direção, porque nesses dois  
72 meses pós morte da Raquel nada de mudança concreta foi feita lá dentro por parte da direção. O  
73 Conselheiro **Jefferson Bulhosa** fez o seu informe. Disse que essa questão colocada tem sido  
74 discutida e cobrada, já mudou a gerência na Secretaria de Saúde e nada foi feito nem encaminhado.  
75 Considerou que é uma questão de política. Disse que a luta do SUS começou nos anos 70 e não vai  
76 ser uma tentativa de privatização do SUS de Brasília que vai para a frente. Criticou o Governador em  
77 referência à tentativa do que considera uma terceirização da Secretaria de Saúde. **Item 2 –**  
78 **Apresentação e aprovação da Pauta da 538ª Reunião Extraordinária do CSDF** - Coordenação:  
79 Mesa Diretora do CSDF. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, fez a exposição da  
80 pauta da 538ª RE e apresentou as duas opções para votação nominal: aprovação da pauta segundo  
81 a proposta da Conselheira Karine, para que haja uma suspensão da pauta para discussão da  
82 terceirização proposta pelo governo, ou a aprovação da pauta segundo a proposta do Conselheiro  
83 Jefferson, com as alterações propostas. A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, fez a  
84 contabilização dos votos. Votaram pela aprovação da proposta 1 os Conselheiros (as) Karine, Júlio  
85 César, Humberto Lopes, Fátima Rôla, Maria Cristina, Meire, Jefferson, Marcos Moura, Carlos Roberto,  
86 Wendel, Marôa, Luís Carlos, César Achkar, Darly, Raimundo Nonato, Larissa Bezerra, Miriam Marques  
87 e Teresinha. Votaram pela aprovação da proposta 2 os Conselheiros (as) Maurício, Ab-Diel, Clóvis,  
88 Inocência, Mario Dutra, Bárbara e Valdenize. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
89 anunciou que a proposta 1, da Conselheira Karine, foi a vencedora, com 17 votos, enquanto a proposta  
90 2, do Conselheiro Jefferson, obteve 7 votos. Colocou em seguida como proposta do  
91 encaminhamento número um apenas para que possa ser colocada em análise para o pleno a  
92 Resolução do Plano Operativo do Distrito Federal para Implantação da Política Nacional de  
93 Saúde da População Negra. Procedeu em seguida aos seus informes. Disse que hoje e amanhã  
94 está acontecendo a Oficina de Mobilização Social por mais Saúde de Família, macrorregião centro-  
95 oeste, no Brasília Imperial Hotel. Disse que foi solicitada a apresentação das informações sobre o  
96 credenciamento. Fez a leitura do documento em seguida. Trouxe a resposta da Senhora Fernanda  
97 Figueiredo Falcomer, efetuando a leitura em seguida. Comunicou o pedido do Programa Nacional de  
98 Vigilância em Saúde dos riscos associados aos desastres no âmbito do Sistema Único de Saúde –  
99 SUS para indicação de dois membros, titular e suplente, para compor o Comitê de Saúde em Desastre  
100 no Distrito Federal. Arguiu o Pleno se alguém se candidataria. Informou que o Plano Macrorregional  
101 da rede materna infantil das três macrorregiões de saúde do Distrito Federal foi finalizado e aprovado  
102 pelo Colégio de Gestão da SES/DF na sua nona reunião ordinária, realizada por videoconferência, em  
103 6 de novembro de 2024, conforme publicação e deliberação número 63, de 8 de novembro de 2024,  
104 no DODF de número 217, de 12 de novembro de 2024, página 4. Disse que na mesma ocasião foi  
105 deliberado que a nomenclatura a ser adotada para a rede seria Rede Materna Infantil do Distrito  
106 Federal. Informou que, cumprindo o princípio e planejamento governamental do SUS, que preconiza  
107 transparência e visibilidade de gestão, encaminhou o Plano Macrorregional da Rede Materna Infantil

108 das três macrorregiões de saúde Distrito Federal para conhecimento do Conselho. O Conselheiro  
109 **Maurício Fiorenza** respondeu os questionamentos dos conselheiros. Disse, com relação à  
110 Subsecretaria de Saúde Mental, que ela foi criada há pouco tempo e hoje a Subsecretária Dra.  
111 Fernanda Falcomer está à frente da Subsecretaria e o DF vem cumprindo todas as recomendações  
112 do CNJ conforme a pauta. Disse que sabe que é uma pauta sensível, que a temática é transversal  
113 dentro da área saúde e da sociedade também, e tem essa questão da dificuldade transicional dentro  
114 da saúde mental. Disse que hoje tem uma rede com 18 equipamentos dentro do DF, estão licitados  
115 mais dois CAPS, tanto da Região Sul quanto do Recanto das Emas, tem mais três projetos em  
116 licitação, então o plano de expansão de saúde mental está dentro da pauta do Governo. Disse que  
117 não é uma pauta que está sendo negligenciada dentro do Governo, que sabe que falar de Saúde  
118 Mental é uma complexidade enorme na questão principalmente de leitos de retaguarda nos Hospitais  
119 Gerais e, hoje, está estruturando a rede para essa transição, que é uma Lei Federal, e que vem sendo  
120 cumprida. Disse que o CNJ também entendeu isso em âmbito nacional e estendeu essa questão da  
121 transição. Disse que o plano operativo de saúde mental está pronto e solicitará a Subsecretária para  
122 vir ao CSDF na próxima reunião ou em alguma extraordinária que venha a ter para poder apresentar  
123 esse plano do DF. Disse que a questão é não gerar desassistência a esse público, um público que  
124 demanda uma atenção específica de cuidado dentro da rede e ele transita em todos os níveis de  
125 atenção, que se fala muito do nível hospitalar, mas a saúde mental começa na atenção primária, na  
126 APS, no matriciamento das equipes e nos leitos de retaguarda, nos CAPS tipos 1, 2 e 3 e também nas  
127 questões de porta de entrada. Disse que é uma complexidade que vem sendo estudada há anos dentro  
128 do DF e esse plano operativo já está em prática pelo Governo. Disse que tem ação civil pública do  
129 Ministério Público do DF com relação à expansão da rede, que já está sendo pactuada na primeira  
130 PROSUS, e está entregando esse plano de ação junto ao Ministério Público do DF e ele vislumbra não  
131 só a construção de novos equipamentos, como vem acontecendo dentro do Governo, mas também a  
132 reorganização do serviço como um todo, dentro da rede, e isso passa pela nova conformação do  
133 HSVP, que está previsto também nesse plano operativo. Disse entender as colocações dos  
134 conselheiros, a colocação da sociedade civil, a colocação dos trabalhadores, e é sensível a isso, mas  
135 o Governo vem trabalhando no fortalecimento da Saúde Mental dentro do DF. Disse que não pode  
136 aceitar dizer que o Governo não está fazendo nada, isso não é verdade. Pediu cuidado com que se  
137 escreve e com o que se fala e convidou para conhecer a fundo esse plano. Disse que irá trazê-lo para  
138 o Conselho, para a sociedade analisar como um todo, mas é sabido que tem que fazer uma melhoria  
139 contínua nesse aspecto, se tivesse excelente não estaria sendo discutido sobre esse assunto. Disse,  
140 com relação à complementariedade, que foi trazida pelo Conselheiro Jefferson, que os números são  
141 públicos, tem o portal da transparência, tem os portais da SUPLANS, que falam quanto exatamente se  
142 vem gastando na complementariedade. Concordou que a complementariedade entra até aonde esgota  
143 a capacidade efetiva da rede, seja em cirurgia, seja em alta complexidade, seja na terapia renal  
144 substitutiva, leitos de UTI tanto adulto quanto pediátrico, e tem contratações complementares dentro  
145 da rede, principalmente no volume maior nessas temáticas que foram colocadas. Discorreu em seguida  
146 sobre aspectos da complementariedade. Citou o contrato de gestão com o Instituto de Gestão  
147 Estratégica, que assim como a rede, tem seus problemas também, mas tem que se reconhecer o  
148 esforço dentro da assistência, que tem melhorado os indicadores do Instituto de Gestão para com a  
149 Secretaria e isso tem que ser colocado também, que se pegar uma série histórica desde quando foi  
150 criado, lá em 17 para 18 até os dias de hoje, tem nesse último ciclo de gestão dentro do IGES uma  
151 melhoria considerável dentro das temáticas de atendimento, e é claro que sempre se tem aonde  
152 melhorar. Disse que o SUS não vai ser superavitário nunca, tem que fazer melhor com o que tem, isso  
153 é fato, a Secretaria vem trabalhando junto com os seus contratados, junto com a Presidência do IGES,  
154 junto com a assistência como um todo, tem feito reuniões semanais de alinhamento em todas as  
155 temáticas, e hoje tem um contrato que é bem definido com quais são as metas tanto dentro do IGES,  
156 dentro do HCB, dentro do HUB, do ICTDF também, por ser alta complexidade cardiológica, apesar de  
157 ser um contrato administrativo. Disse que tem essas metas bem pactuadas e quem acompanha os  
158 relatórios trimestrais que são apresentados na Câmara pode verificar essa evolução. Disse que  
159 ainda não está em um nível que gostaria que estivesse, mas tem evoluído muito dentro dessas  
160 temáticas também. Disse, com relação à rede materna infantil, que está à beira de entrar na  
161 sazonalidade pediátrica, que espera que tenha uma situação um pouco diferente do ano passado, mas  
162 tem que trazer também a questão da contratação de PJ dos pediatras, que deve entrar em operação  
163 agora para partir de primeiro de março, e isso vai reforçar as portas de emergências pediátricas. Disse  
164 que é uma situação controversa e de ineditismo dentro do DF, mas explicou que foram esgotadas  
165 todas as possibilidades dentro da regularidade para recompor esses quadros de pediatria e de  
166 anesthesiologia. Disse que concurso público, contratação emergencial, reestruturação da rede,

167 condição de trabalho, tudo isso vem sendo realizado nesses últimos anos e chegou agora a conclusão  
168 da contratação de pediatra por meio de PJ dentro da rede. Disse que essa questão vem sendo  
169 acompanhado tanto pelo Conselho Regional de Medicina quanto pelos sindicatos temáticos também.  
170 Disse que o fato é que ou se avança nessa temática por essa complementariedade ou vai causar  
171 desassistência novamente. Disse que prefere pecar pela ação do que pela omissão nesse sentido.  
172 Disse que tudo está no portal da transparência, que o processo licitatório é amplo e divulgado edital  
173 para todo mundo, que teve fase de críticas e que foram acatadas algumas delas e fez readequações  
174 nessas contratações também. Disse que a melhoria é contínua e que vem tentando alcançar isso  
175 diuturnamente dentro da Secretaria de Saúde, com seus contratos complementares e parceiros que  
176 tem no momento. Colocou-se à disposição para mais esclarecimentos. O Conselheiro **Domingos de**  
177 **Brito**, Presidente do CSDF, iniciou o debate aprovado pelo Pleno no encaminhamento de número 2.  
178 A Conselheira **Fátima Rôla** fez colocações. Lembrou a falta de compromisso do Secretário de Saúde  
179 Juracy com relação ao Conselho em relação a quantidade de faltas e, nas vezes que compareceu,  
180 chegou 11 horas, já quase no fim das discussões importantes. Disse também que ele não teve o  
181 compromisso quando assumiu a Secretaria de Saúde, hora nenhuma, em colocar no grupo de  
182 Conselheiros a comunicação que assumiu a Secretaria, que em breve iria conversar pontualmente  
183 com a Mesa Diretora ou estar no Conselho para discutir todas as coisas que fossem pertinentes para  
184 os Conselheiros. Disse não saber como será a atuação do Conselho com relação a esse novo  
185 Secretário, a essa nova política que vai ser estabelecida pelo Buriti. Disse que foi presenciado  
186 servidores sendo assediados pelo Nei dentro do Hospital de Ceilândia e de Taguatinga, então tem que  
187 deixar isso muito claro. Disse que a questão do IGESDF tem sido muito discutida, mas não se  
188 consegue chegar a uma conclusão com alguma decisão clara porque sabe claramente que existem  
189 outros interesses na questão dessas contratações e tem que se discutir e definir o que que o Pleno vai  
190 fazer. Disse, em relação ao Plano de Saúde Mental, que houve uma apresentação no Hemocentro  
191 com o compromisso de no mesmo dia disponibilizar o Plano para, pelo menos, a Comissão do  
192 Conselho, da qual faz parte, porém não recebeu esse Plano. Disse, com relação a questão de todas  
193 as entidades que foram contratadas para prestar serviço, elas têm que prestar conta daquilo que foi  
194 contratado e do que está sendo feito. Disse que está faltando esse compromisso e está faltando o  
195 Pleno cobrar. O Conselheiro **Marcos Moura** fez colocações. Disse que iria corroborar com as falas de  
196 que o Governo fez tudo o que podia para recuperar pediatria. Disse que melhorar a porta tudo bem,  
197 está fazendo concurso para o IGESDF, tudo bem, só que isso não é suficiente e não foi feito a parte  
198 tão importante na bronquiolite. Citou o exemplo da bronquiolite, que já começou e os plantões já estão  
199 começando a ficar problemáticos. Disse que não adianta ter só porta, porque criança, bebê, ele afunda  
200 muito rápido e precisa de cuidados, de suporte, precisa de fisioterapia, precisa de leitos, precisa de  
201 oxigênio, precisa de monitorização, precisa de um médico que fique lá no paciente grave. Disse que  
202 as ordens que está recebendo é que acabou de olhar paciente grave vai logo para a porta para atender,  
203 atender, atender, para ter número, o que interessa para essa gestão é ter número de atendimento.  
204 Disse que o que acontece é que o paciente quando entra precisa de suporte, precisa de monitorização  
205 e, muitas vezes, é 1, 2, 3, 4, 10, 20 dias e não há local nem material humano para manter essas  
206 crianças, não há médicos, não há fisioterapeutas, não há enfermeiros nas enfermarias, nas UTIs, não  
207 há leitos de suporte para atendimento. Criticou o concurso pois tinha 100 aprovados, mas eram  
208 nomeados dois, que não vão dar conta da escala e claro que não vão ficar. Defendeu a realização de  
209 concurso público para servidores para a SES. A Conselheira **Karine Afonseca** fez colocações. Disse  
210 que a grande questão é que não está vivendo um período normal, que desde quando teve e o Decreto  
211 do Governador falando sobre um Comitê Gestor, que depois voltou atrás e fez o Comitê de  
212 Planejamento, onde esse Comitê Gestor iria ser presidido pelo Secretário de Economia e iria ter  
213 representantes cativos do IGESDF, do Hospital da Criança e do ICDF, considerando que isso não é  
214 normal. Disse que o Governador está sinalizando que o seu projeto de privatização está atrasado, que  
215 está terminando o seu governo sem o projeto de privatização que prometeu para os seus aliados e  
216 agora vai ser a toque de caixa. Comentou que depois que os serviços já tiverem entregues para  
217 iniciativa privada é muito difícil retornar citando o IGESDF como exemplo. Disse que, enquanto  
218 Conselheiros, deve-se colocar os pés no chão e primeira questão é conscientizar que não se está  
219 vivendo no período normal e que se vista a camisa de defesa do Sistema Único de Saúde dia após dia  
220 dentro do Conselho, e que seja estratégico na defesa Sistema Único de Saúde. Explicou que ser  
221 estratégico não é entrar no engodo do governo, e que agora está às claras, quem está na Secretaria  
222 de Saúde é o ex-presidente do IGESDF, que não tem nenhuma trajetória no Sistema Único de Saúde,  
223 que é dono de cinco empresas, acionista majoritário, pouco majoritário e tudo mais. Disse que ontem  
224 foi publicado o Comitê de Planejamento com todos os 13 nomes da iniciativa privada. Disse que falta  
225 uma moção do Conselho com o seu posicionamento sobre a nomeação recente do Juracy e dos 13

226 cargos do Comitê Planejamento. Disse que é necessário o debater no Conselho pois ele tem uma  
227 cadeira no Comitê de planejamento. Avaliou que é preciso compor o Comitê, mas com dois usuários  
228 e um trabalhador pois a gestão já está lá. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
229 lembrou a todos que a proposta de alteração de pauta foi feita para que, das discussões colocadas no  
230 Pleno, sejam apresentados encaminhamentos, porém não está observando os encaminhamentos, a  
231 não ser da Conselheira Karine que fez pelo menos dois encaminhamentos. Lembrou a todos, ainda, a  
232 presença do representante do gabinete do Deputado Distrital Gabriel Magno e aproveitou para  
233 agradecer pelo empenho que ele tem tido nesse momento que a saúde do DF vive. O Conselheiro  
234 **Júlio Isidro** fez colocações. Disse que o cargo de Secretário de Estado é um cargo de confiança do  
235 Governador, então é um cargo que não cabe discussão do ponto de vista legal para se retirar ou se  
236 deixar, então opinou que na discussão não cabe esse mérito. Disse que se o Governador quis colocar  
237 o Juracy, é um cargo de confiança do governo, então cabe sim depois o próprio Governador responder  
238 por tudo isso. Ressaltou que é preciso ter pessoas dentro ou que estejam na Secretaria de Saúde que  
239 conheçam a fundo tanto da atenção primária, da atenção secundária, da atenção especializada, da  
240 alta complexidade, da baixa complexidade e das relações pessoais, por isso a necessidade de ser  
241 alguém de carreira da própria SES para que ocupe essa pasta mas, sabendo e respeitando por ser  
242 um cargo de confiança, Secretário de Estado, não cabe nenhum julgamento nesse sentido. Disse que,  
243 no que diz respeito à nomeação do Juracy em si, acha que não cabe discutir essa questão a não ser  
244 essa situação de que se ele tem ou não o conhecimento de forma ampla da rede de saúde pública do  
245 DF. Opinou que cabe discussão com relação aos cargos que foram nomeados ou as pessoas que  
246 foram nomeados para ocuparem os cargos desse Comitê de Planejamento, que são pessoas que não  
247 tem o convívio direto com a Secretaria de Saúde, que não têm ou não sabem das mazelas que se  
248 passam dentro da SES na tentativa de resolver ou planejar algo com expertise, com experiência, com  
249 conhecimento da causa. Opinou que cabe fazer algo como uma deliberação em relação a quais foram  
250 os critérios utilizados, só nomeações por confiança, ou cargos de confiança, ou cargos realmente para  
251 que haja uma alteração no planejamento e, mais do que isso, na execução das políticas públicas em  
252 saúde dentro do DF. Disse que, juntamente com essa situação, é interessante fazer a cobrança ou ao  
253 governo ao Governador, ou ao próprio Secretário Nei Ferraz, já que era o inicial coordenador, ou hoje  
254 o próprio Juracy, para que possa trazer ao Conselho o intuito desse Comitê de Planejamento, o que é  
255 o Comitê de Planejamento. Disse que falta um pouco de esclarecimento para os usuários, para os  
256 trabalhadores, para alguns gestores inclusive, da necessidade desse Comitê de Planejamento. Pediu  
257 que seja deliberado pelo Conselho para que se possa solicitar esses informes, seja ao Buriti, seja  
258 agora ao atual Secretário de Saúde, qual é o intuito do Comitê de Planejamento. Disse que já tem mais  
259 de um ano que vem pedindo que diversos concursos dentro da Secretaria de Saúde, que não estão  
260 acontecendo, estão barrados ou estão parados na Secretaria de Economia, seja por embrolhos  
261 judiciais, seja por embrolhos de necessidade, ou mesmo aparentam alguma outra alteração que não  
262 algo tão claro, que os nossos concursos para especialidades dentro da SES não estão acontecendo.  
263 Enfatizou que desde o ano de 2014 não tem concurso para fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais,  
264 psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, vários cargos e várias profissões estão em ausência de  
265 cadastro reserva dentro da Secretaria de Saúde. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** fez colocações.  
266 Disse que o Comitê de Planejamento é para auxiliar a Secretaria de Saúde. Avaliou que primeiro se  
267 criou aquele fatídico comitê, com o Secretário de Economia, então não deu certo porque era para fazer  
268 uma intervenção na Secretaria de Saúde, então retorceu, fez esse Comitê de Planejamento com a  
269 mesma característica, mas cumpriu o papel da primeira, que era de tirar a Secretara de Saúde, de  
270 colocar o Presidente do IGESDF. Disse que hoje, na sua avaliação política, esse Comitê de  
271 Planejamento ele já cumpriu a sua finalidade, que era colocar o IGESDF dentro da Secretaria de  
272 Saúde. Disse que é contra o Conselho de Saúde participar disso. Disse que o SUS hoje tem 14 bilhões  
273 de reais de orçamento e é isso que os abutres querem, e os traíras que estão dentro da Secretaria de  
274 Saúde, que tem dentro do Conselho de Saúde, os bajuladores, os traíras, e sempre irão existir, mas  
275 sempre serão identificados. Disse que não tem nada de pessoal ao Juracy, a Dra. Lucilene, mas a  
276 questão é contra o sistema. Disse que deve haver uma responsabilidade muito grande com relação ao  
277 que se fala, ao que se faz, ao que se prega dentro das instituições públicas. A Conselheira **Darly**  
278 **Máximo** fez colocações. Considerou que o momento vivenciado é gravíssimo, que a nomeação do  
279 Senhor Juracy para a Secretaria de Saúde ninguém tira da ideia de que é premeditado. Disse que o  
280 Senhor enganeis acha que engana todo mundo, mas que não engana não, ele pode enganar quem é  
281 incauto, quem é puxa saco, mas a nós ele não engana não. Disse que infelizmente a população o  
282 reelegeu novamente e que, embora tenha aqui pessoas que votaram e que que se arrependeram,  
283 espera que na próxima eleição não votem em quem ele está financiando. Disse que toda essa bagunça  
284 que está acontecendo vai principalmente prejudicar os usuários, que é a parte mais fraca, que está na

285 ponta sofrendo, que não tem cirurgia e que não tem um atendimento. Disse que está na coordenação  
286 da Comissão de Saúde Mental e presencia sempre alguém pedindo, porque sabe que é da Comissão  
287 de Acompanhamento da RAPS, uma intervenção, um auxílio para que alguém que está em crise seja  
288 atendido, que seja encaminhado. Disse que os CAPS não funcionam, têm carência de pessoal, e a  
289 última vez que falou com a Secretária de Saúde, a Lucilene, para que visse a questão da falta de  
290 atendimento nos CAPS, ela disse que tem CAPS que é para funcionar até 24 horas e que chega 11  
291 horas fecha. Disse que a Comissão deveria vigiar isso, cobrar que os CAPS 24 horas funcionassem.  
292 Disse que foi num determinado CAPS e procurou saber a respeito e disse que fecham porque não  
293 tinham profissionais, então a disse que sabe que tem CAPS que não tem psiquiatria, tem CAPS que  
294 não tem psicólogo, que as vezes só tem um assistente social, e não adianta querer trabalhar em Saúde  
295 Mental sem a equipe completa, é preciso equipe interdisciplinar para que atenda esse paciente na sua  
296 integridade, na sua desospitalização, na sua reinserção ao meio social, esse que é o objetivo do CAPS.  
297 Disse, com relação ao Comitê de Planejamento, que em sua avaliação ele vem para fortalecer a  
298 questão da privatização. O Conselheiro **Wendel Teixeira** efetuou duas propostas: 1) que o CSDF não  
299 faça indicação de nenhum Conselheiro para participar da Comissão de Planejamento; 2) confecção de  
300 uma nota de repúdio com relação a tudo isso que vem acontecendo. O Conselheiro **Domingos de**  
301 **Brito**, Presidente do CSDF, fez esclareceu que essa nota de repúdio foi feita por este Conselho  
302 juntamente com o CRM e o seu Sindicato em uma carta aberta, duas semanas atrás, depois repetido  
303 uma semana atrás e alterado o teor dela com mais sindicatos presentes e conselhos também em uma  
304 carta de repúdio, então essa carta já foi feita à população, uma carta aberta. O Conselheiro **Wendel**  
305 **Teixeira** ponderou que a carta seria um posicionamento do Conselho de Saúde com relação a tudo  
306 isso. O Conselheiro **Luís Carlos** solicitou a disponibilização aos conselheiros do Plano de Saúde  
307 Mental que será apresentado na próxima reunião. Citou o Decreto do Comitê de Planejamento Gestor  
308 de Saúde que foi publicado, que seria gerido pela Secretaria de Economia e agora voltando a SES, e  
309 questionou qual o fundamento, opinando que deveria ser apresentado ao Conselho. O Conselheiro  
310 **Humberto Lopes** citou evento muito importante que está acontecendo na Câmara Legislativa, que é  
311 uma reunião com os parlamentares para tratar justamente desse assunto. Disse acreditar que talvez  
312 seja até mais proveitoso estar lá na Câmara Legislativa do que, talvez, aqui no Conselho, devido ao  
313 esvaziamento observado, e fazer um encaminhamento já objetivo desse momento que está sendo  
314 vivido, porque lá talvez se consiga ecoar mais a voz. Solicitou ao Conselheiro Maurício uma atualização  
315 acerca do que que está sendo feito no HMIIB frente aquele problema que está acontecendo, frente ao  
316 fechamento do Centro Obstétrico, o que implica diretamente em toda a população. Propôs a  
317 participação nessa reunião da CLDF, que talvez fosse melhor que se permanecer na FEPECS. O  
318 Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, esclareceu que para essa reunião agora, como  
319 ela é fechada, é de Deputados, ficou acordado o ato para as 15 horas, na Câmara Legislativa, que  
320 passa a ser uma audiência pública e libera espaço para o público em geral. A Conselheira **Maria**  
321 **Cristina** lembrou que fez solicitação para apresentação do Plano de Saúde Mental em setembro e foi  
322 registrado em ata que na reunião subsequente seria apresentado antes para a Comissão da RAPS  
323 para que se pudesse avaliar e levar para o plenário já com alguma avaliação. Disse que o Conselho  
324 está com muito problema de comunicação e de informação e disse que isso permeia todas essas  
325 questões, inclusive a situação de hoje que foi decidido fazer essa discussão sobre o cenário, o que  
326 que está acontecendo no campo da saúde no DF. Disse que o Conselho tomou conhecimento pela  
327 mídia da saída da Secretária e da entrada do novo Secretário, e da composição do Comitê. Considerou  
328 essa uma questão muito importante e deixou registrado para que se cumpra o que consta no  
329 Regimento do Conselho, nas orientações e nas normas. Disse que é necessário que se possa  
330 manifestar, enquanto Conselho de Saúde do Distrito Federal, sobre a não concordância, a não  
331 aceitação da forma como foi realizada a nomeação, o desligamento da Secretária e, em especial, a  
332 composição desse Comitê, que perpassa ou sobrepassa as funções inclusive neste Conselho do  
333 Controle Social. Citou outra questão importante, o encaminhamento da solicitação de composição  
334 desse Comitê com uma maior participação desse Conselho, porque, como já falado, todas as pessoas  
335 que estão compondo o Comitê de Planejamento são pessoas que não têm um histórico, a vivência  
336 e a experiência de gestão no Sistema Único de Saúde, então é preciso garantir que profissionais  
337 usuários estejam fazendo parte, inclusive em maior número do que apenas um representante. Disse  
338 que a sua proposição é que seja feita, tanto essa solicitação de ampliação e garantia de participação  
339 e que tivesse pessoas com a vivência e com a experiência no Sistema Único de Saúde, que é bastante  
340 diferente dos interesses da iniciativa e do campo da iniciativa privada, além da moção ou comunicação  
341 oficial do Conselho, contrário a forma como foi conduzido todo processo, e que se tenha a garantia de  
342 ser informado de todas as ações e atividades desse Comitê de Planejamento. O Conselheiro  
343 **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou a indicação de três conselheiros para redação da

344 carta ou moção de repúdio, sendo indicados os Conselheiros (as) Karine, Domingos, Márcio da Mata,  
345 Marcos Moura e Carlos Roberto. A Conselheira **Fátima Rôla** solicitou que sejam listadas as entidades  
346 que receberão a nota do CSDF. A Conselheira **Karine Afonseca** sugeriu encaminhar também para  
347 Casa Civil e todos os Conselhos Regionais. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
348 apresentou dados para reflexão. Disse que ontem saíram três edições extras do Diário Oficial e todos  
349 os processos de concursos preparados pela Secretaria, que até então não haviam saído, saíram de  
350 um dia para o outro. Disse que foi pedido há dois meses e não tinha dinheiro, e hoje foi publicado no  
351 Diário Oficial a contratação de 13 executivos que perfazem um custo mensal de 170 mil reais, com a  
352 ordem exclusiva do Senhor Governador de que não constasse nenhum servidor público nesse Comitê.  
353 Disse que todo o planejamento da SES segue um rito, está pronto desde 2024, para ser executado em  
354 2025, e neste momento só pessoas de entidades privadas planejam a saúde do Distrito Federal. Disse  
355 que quem mexia na saúde, que tinha conhecimento, com base, com dados das Conferências, com  
356 dados que a população pedia, com levantamentos de epidemia, sazonalidades, foram descartados, e  
357 o Comitê, com base em dados da iniciativa privada irá fazer esse planejamento, e a população mais  
358 carente não vai ter acesso. Questionou como esse pessoal que vai realizar esse planejamento, vai  
359 planejar sem nunca ter tido acesso aos dados da população em geral. Disse que é pedido um  
360 planejamento a baixo custo, com alta produtividade e alta lucratividade, lucro com dinheiro passado  
361 pelo Ministério Público, porque a saúde do Distrito Federal, diferente de todos os outros estados,  
362 recebe dinheiro do Fundo Constitucional, também com impostos arrecadados pelo Governo, fonte 138.  
363 Disse que na análise feita pelo Conselho, que o Governador faz questão de ignorar, é feita a análise  
364 do RAG, e se essas análises do RAG forem reprovadas, o Ministério da Saúde não repassa dinheiro  
365 para a saúde do Distrito Federal. Questionou por que ele não olha o controle social com os olhos que  
366 a Lei 8142 impõe. Disse que o Conselho de Saúde tem poder deliberativo e fiscalizador, está  
367 evidenciando ao Sr. Governador que este Conselho, que foi montado por Lei Federal, o Decreto 7568,  
368 também federal, para cuidar da saúde conforme preconizam os artigos 195 a 200 da Constituição  
369 Federal. Disse que o novo Secretário de Saúde foi Presidente do IGESDF por pelo menos dois anos.  
370 Disse que o Conselheiro Jefferson pediu, duas ou três vezes, que fosse apresentado pela CAC –  
371 Comissão de Acompanhamento de Contratos – o contrato com o IGESDF. Disse que no relatório da  
372 Comissão de Contratos existe uma glosa autorizada, por não cumprimento de meta, no valor de 27  
373 milhões de reais, a serem devolvidos à Secretaria de Saúde. Questionou como o Secretário de Saúde,  
374 que era Presidente do IGESDF, vai fiscalizar um dinheiro, uma dívida que ele próprio geria. O  
375 Conselheiro **Carlos Roberto** apresentou três propostas: 1) não compor o Comitê, e se compor, que  
376 haja paridade; 2) nota de repúdio ou esclarecimento; 3) dar visibilidade à carta, sugerindo a criação de  
377 uma Comissão de Comunicação e Redes Sociais. A convidada **Ana Cláudia**, Presidente do CRS  
378 Recantos das Emas, fez pronunciamento. Disse que o Conselho do Recanto repudia veementemente  
379 o que está acontecendo na saúde e é preciso tomar medidas o mais urgente possível para que isso  
380 não se estabeleça. Questionou a razão do chat da reunião do CSDF é fechado aos comentários  
381 externos. O Conselheiro **Márcio da Mata** fez colocações. Criticou a segmentação da formação do  
382 Comitê, que prioriza a iniciativa privada. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
383 elencou os encaminhamentos feitos: 1) não participação do CSDF no Comitê; 2) participação de forma  
384 paritária; 3) confecção de carta a ser encaminhada aos órgãos de controle social; 4) ao participar do  
385 Comitê, trazer respostas ao Pleno do CSDF. O Conselheiro **Márcio da Mata** fez observação. Disse  
386 que o Comitê foi criado por um Decreto, que foram criados cargos, e quando você cria o cargo a pessoa  
387 que é investida, independente de ela estar na iniciativa privada, ela passa a responder como servidor  
388 público nomeado, entrando inclusive no regimento das leis do serviço público e ela pode responder,  
389 inclusive, dentro dos nossos regimentos de servidor público, então ele deixa de ser o privado, entre  
390 aspas, e passa a ser um servidor público. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
391 disse que somente isso não é suficiente para um embasamento jurídico. Disse que para se cumprir  
392 um planejamento, nas Leis Federais, na Constituição, é chamada a proposta das Conferências, eles  
393 se baseiam em índices dados pelo Ministério da Saúde, que faz o levantamento junto ao perfil  
394 epidemiológico de cada estado, e quando se faz um programa distrital de saúde, existe todo um estudo  
395 de viabilidade anterior. Questionou que perfil ou quais os dados que este Comitê de Planejamento está  
396 baseando para montar o planejamento. O Conselheiro **Márcio da Mata** replicou. Disse que os  
397 instrumentos que o Conselho de Saúde possui, que são regidos por Lei, a PAS, os RAGs, os RDQAs,  
398 eles obrigatoriamente passam pelo CSDF, e isso deve ser levado em consideração pelo Comitê  
399 Gestor. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** fez colocações. Disse que não tem que estar discutindo  
400 isso. Disse que o Conselho não tem que participar desse Comitê de Planejamento, que este Conselho  
401 de Saúde é que tem que avaliar as propostas da Secretaria de Saúde com relação à saúde. O  
402 Conselheiro **Márcio da Mata** fez questionamento, disse que a SAIS cumpre o planejamento que é feito

403 pela SUPLANS, e agora tem um Comitê de Planejamento para dizer o que a SUPLANS vai fazer e o  
404 que a SAIS vai executar A Conselheira **Maria Cristina** concordou com o Conselheiro Jefferson em não  
405 participar do Comitê, mas na manifestação do Conselho deve-se deixar claro que tudo o que for  
406 planejado deve ter o aval do Conselho de Saúde. Retirou sua proposta de inclusão. O Conselheiro  
407 **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, colocou em votação a não participação de representantes  
408 do CSDF no Comitê de Planejamento. Foi aprovada a não participação do CSDF no Comitê de  
409 Planejamento instituído pelo Governo do DF. O Conselheiro **Humberto Lopes** fez colocação.  
410 Manifestou-se favorável que seja reivindicado o aumento da participação do CSDF no Comitê. O  
411 Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, disse que, de qualquer forma, o voto de alguém  
412 do Conselho participando do Comitê será basicamente nulo, pois serão treze componentes contra um  
413 ou dois, mas considerou extremamente importante estar presente porque as informações serão  
414 trazidas ao Conselho. O Conselheiro **Humberto Lopes** defendeu a participação no Comitê. O  
415 Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, fez colocação. Disse que participando da  
416 reunião do Comitê e o representante solicitando que conste em ata seu posicionamento, fica assim  
417 marcada a posição de que o Conselho participou e que não pactua com o proposto. A Conselheira  
418 **Fátima Rôla** propôs que seja encaminhada a nota o mais rápido possível. Quanto à participação ou  
419 não do Conselho no Comitê é outra pauta que deverá ser discutida. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa**  
420 citou legislação do CSDF sobre a atuação do Conselho, a Lei 4.604. O Conselheiro **Domingos de**  
421 **Brito**, Presidente do CSDF, fez o encaminhamento da confecção da carta e averiguação de quantas  
422 cadeiras ou posições o Conselho terá no Comitê. Propôs que seja trazido para uma próxima reunião  
423 para deliberação do Pleno. A Conselheira **Fátima Rôla** fez proposição da possibilidade de marcar uma  
424 reunião extraordinária para tratar do assunto. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,  
425 encaminhou a carta aberta e a possibilidade da marcação de uma Reunião Extraordinária. Encerrou a  
426 538ª RE às 11h38. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*,  
427 para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 25 de fevereiro de 2025.

**DOMINGOS DE BRITO FILHO**

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE**

Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**MAURÍCIO GOMES FIORENZA**

Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

**AB-DIEL NUNES DE ANDRADE**

Conselheiro titular – Chefe da Assessoria de Transparência e Controle Social

**ARILENE DE SOUSA LUÍS**

Conselheira suplente – Assessora de Gabinete – GAB/SES

**CLÓVIS VELOSO QUEIROZ NETO**

Conselheiro suplente – Hospitais Privados

**INOCÊNCIA ROCHA DA CUNHA FERNANDES**

Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

**MÁRIO DUTRA AMARAL**

Conselheiro suplente – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

**BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT**

Conselheira titular – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

**VALDENIZE TIZIANE**

Conselheira suplente – Hospital da Criança de Brasília – José Alencar

**VANESSA ROCHA DA SILVA**

Conselheira suplente – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF

**KARINE RODRIGUES AFONSECA**

Conselheira titular – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

**MÁRCIO DA MATA SOUZA**

Conselheiro suplente – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal- SEDF

**JÚLIO CÉSAR FLORÊNCIO ISIDRO**

Conselheiro titular – Associação dos Especialistas em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde do DF do Distrito Federal – AES-SES/DF

**HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES**

Conselheiro suplente – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

**FÁTIMA LÚCIA RÔLA**

Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

**MARIA CRISTINA CORREA LOPES HOFFMANN**

Conselheira suplente – Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – CRP/DF

**MEIRE BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS**

Conselheira suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACs/DF

**JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR**

Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

**MARCOS MOURA SANTOS**

Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SindMédico - DF

**CARLOS ROBERTO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro suplente – Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal –  
SINDBIOMÉDICOS/DF

**WENDEL TEIXEIRA SANTOS**

Conselheiro titular – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

**MARÔA SANTIAGO GOMES**

Conselheira suplente – Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal – COREn-DF

**LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA**

Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

**CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES**

Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV

**DARLY DALVA SILVA MÁXIMO**

Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares –  
CMP/DF

**RAIMUNDO NONATO LIMA**

Conselheiro suplente – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal –  
MISMEC/DF

**ANA PATRÍCIA DE SOUZA LOBO PEREIRA DA SILVA**

Conselheira suplente – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF

**LARISSA BEZERRA DA CUNHA DA SILVA**

Conselheira titular – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

**MÍRIAM MARQUES NERY**

Conselheira suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

**TEREZINHA DE JESUS PANTOJA HENRIQUE**

Conselheira titular – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito  
Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA